

Iphan não autorizou governo a regularizar invasão nas CLS

O chefe da Comissão Especial de Brasília, José Leme Galvão, disse, que o Iphan não admite o uso de mais de seis metros

Fátima Xavier
Da equipe do Correio

O projeto de lei que autoriza a ocupação de área adjacente aos blocos comerciais da Asa Sul, aprovado no dia 17 pela Câmara Legislativa, continua causando polêmica e ainda não foi sancionado pelo governador Cristovam Buarque.

O arquiteto Carlos Magalhães, ex-secretário de Obras do DF, entrou,

ontem, com uma representação na Procuradoria Geral da República no DF, contra os Institutos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, de Planejamento do Distrito Federal - IPDF, autor do projeto, e Câmara Legislativa. Ele disse que o Iphan não tem competência para autorizar a regularização das invasões de áreas públicas. Muito menos teria o IPDF ou a Câmara.

"Só quem pode autorizar qualquer

alteração nas suas características é a Presidência da República que determinou o tombamento de Brasília", adverte. "Cabe ao Iphan impedir que se viole a legislação".

O Iphan nega a autorização. José Leme Galvão disse que o instituto apenas admite a possibilidade de cessão de uso de, no máximo, seis metros por cada comerciante, ainda assim, observando-se uma série de condicionantes: "Estou aguardando até hoje que o governo encaminhe o projeto de lei na forma definitiva para que seja analisado".

Galvão descarta qualquer possibilidade do Iphan permitir a construção de subsolos como prevê o proje-

to. Quanto à representação, ele acha que não está promovendo o destombamento da cidade.

O presidente do IPDF, Luiz Phillips Torelly, disse que o arquiteto "quer aparecer" e que o GDF, além de obter a autorização do Iphan, discutiu o assunto durante um ano com todos os segmentos envolvidos. "O que ele quer? Engessar a cidade? Brasília precisa ser administrada como qualquer cidade até para o bem-estar da população".

Torelli admite que a autorização para uso de mais de seis metros pelos prédios de esquina não foi discutida com o Iphan, nem a construção de subsolo: "Foi uma emenda Câmara".